

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
UNIDADE EDUCACIONAL SANTANA DO IPANEMA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ANDOUGLAS DA CONCEIÇÃO CORDEIRO

**A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA
EM COMBATE A POBREZA NO SEMIÁRIDO ALAGOANO**

Santana do Ipanema – AL
2024

ANDOUGLAS DA CONCEIÇÃO CORDEIRO

**A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA
EM COMBATE A POBREZA NO SEMIÁRIDO ALAGOANO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharelado em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Valquer Oliveira Melo

Santana do Ipanema – AL

2024

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Helena Cristina Pimentel do Vale CRB-4/ 661

C794i Cordeiro, Andouglas da Conceição.
A importância das políticas públicas de distribuição de renda em combate a pobreza no semiárido alagoano / Andouglas da Conceição Cordeiro. – 2024.
34 f. : il.

Orientador: Manoel Valquer Oliveira Melo.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso - Economia) – Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Economia. Administração e Contabilidade. Santana do Ipanema, 2024.

Bibliografia: f. 33-34.

1. Políticas públicas. 2. Distribuição de renda. 3. Pobreza. 4. Semiárido alagoano.
I. Título.

CDU: 338.1(813.5)


FOLHA DE APROVAÇÃO

ANDOUGLAS DA CONCEIÇÃO CORDEIRO


A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA EM COMBATE À POBREZA NO SEMIÁRIDO ALAGOANO

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à banca examinadora do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 03 de dezembro de 2024.


Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **MANOEL VALQUER OLIVEIRA MELO**
Data: 18/03/2025 14:11:50-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

(Orientador(a) - Prof. Manoel Valquer Oliveira Melo – Universidade Federal de Alagoas)

Documento assinado digitalmente
 **JOSE BARBOZA NETO**
Data: 18/03/2025 16:38:41-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

(Examinador(a) Interno(a) - Prof. José Barboza Neto, Universidade Federal de Alagoas)

Documento assinado digitalmente
 **ANTONIO MIGUEL BARROS TENORIO VARJAO D**
Data: 20/03/2025 10:40:45-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

(Examinador(a) Interno(a) - Prof. Antônio Miguel Barros Tenório Varjão - Universidade Federal de Alagoas)

AGRADECIMENTOS

O caminho até aqui não seria possível sem o apoio e incentivo de diversas pessoas ao meu redor, as quais expresso minha mais sincera gratidão.

Agradeço a minha família, por todo apoio e por acreditarem no meu potencial, por todo incentivo até chegar a esse momento. Todo o seu apoio e motivação foram essenciais em todo o processo.

Aos meus amigos e colegas, que compartilharam comigo momentos de aprendizado, dificuldades e também de alegria, deixando a universidade mais leve.

Ao meu orientador Prof. Dr. Manoel Valquer Oliveira Melo, pela paciência, orientação e valiosas contribuições que enriqueceram este trabalho. Sua dedicação e experiência foram fundamentais para o meu desenvolvimento acadêmico.

Aos professores do curso, que, ao longo da graduação, transmitiram conhecimentos indispensáveis e me inspiraram a buscar sempre mais.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma maneira, me ajudaram a tornar possível a realização deste trabalho e a conclusão dessa etapa tão importante em minha vida.

RESUMO

O presente estudo analisa a importância das políticas públicas de distribuição de renda em combate à pobreza no semiárido alagoano, região caracterizada por enfrentar desafios socioeconômicos e climáticos que influenciam fortemente nas condições locais. É um trabalho que tem como objetivo analisar o impacto dessas políticas frente a redução das desigualdades e na promoção da inclusão social e combate à pobreza, destacando a contribuição de programas como Bolsa Família (PBF). A metodologia utilizada conta com uma revisão bibliográfica, com o desenvolvimento da pesquisa através da coleta de dados em bases como IBGE e IPEADATA e seleção de artigos. Estudos mostram que, as políticas públicas de distribuição de renda, atuando como instrumento fundamental frente aos desafios socioeconômicos, desempenham um papel fortemente observado, sendo essencial no desenvolvimento regional, influenciado diretamente nos índices determinantes de pobreza. No entanto, conclui-se que apesar dos avanços observados, a continuidade e o aprimoramento dessas políticas são essenciais para o desenvolvimento socioeconômico da região, de forma que as demandas presentes possam ser supridas.

Palavras-chave: Políticas públicas; Distribuição de renda; Pobreza; Semiárido alagoano.

ABSTRACT

The present study analyzes the importance of public income distribution policies in combating poverty in the semi-arid region of Alagoas, a region characterized by facing socioeconomic and climatic challenges that strongly influence local conditions. It is a work that aims to analyze the impact of these policies in reducing inequalities and promoting social inclusion and combating poverty, highlighting the contribution of programs such as Bolsa Família (PBF). The methodology used includes a bibliographical review, with the development of research through data collection in bases such as IBGE and IPEADATA and selection of articles. Studies show that public income distribution policies, acting as a fundamental instrument in the face of socioeconomic challenges, play a strongly observed role, being essential in regional development, directly influencing the determining poverty rates. However, it is concluded that despite the advances observed, the continuity and improvement of these policies are essential for the region's socioeconomic development, so that current demands can be met.

Keywords: Public policies; Income distribution; Poverty; Semi-arid Alagoas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Gráfico comparativo entre cenário constatado e estimado em Alagoas	16
Figura 02 - Localização do semiárido alagoano	19
Figura 03 - Índice de Gini em comparação a proporção de pobres para Alagoas	20
Figura 04 - Taxa de emprego em comparação a proporção de pobres para Alagoas, do período de 1981 a 2002	21
Figura 05 - Taxa de analfabetismo total população de 15 anos ou mais x proporção de pobres no Estado de Alagoas	21
Figura 06 - Percentual de pessoas pobres em Alagoas - 1991	22
Figura 07 - Percentual de pessoas pobres em Alagoas - 2000	22
Figura 08 - Ranking dos municípios alagoanos com as dez maiores e menores taxa de pobreza entre 2000-2010	23
Figura 09 - Gráfico com a renda domiciliar per capita média do Brasil, Nordeste e Alagoas – 2009 a 2010	24
Figura 10 - Gráfico com a renda domiciliar per capita média de Alagoas – 2009 a 2010	25
Figura 11 - Gráfico do Índice de Gini no Brasil, Nordeste e Alagoas – 2001 a 2009	27
Figura 12 - Índice de Gini dos estados da região Nordeste – 2014	27
Figura 13 - Número de benefícios do Programa Bolsa Família em dezembro – 2016	29

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa de pobreza no estado de Alagoas	22
Tabela 2 - IDHM e PIB per capita de cidades do Semiárido Alagoano	25
Tabela 3 - Índice de Gini dos Estados do Nordeste entre 2009 e 2014	28

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
FECOEP	Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PIB	Produto Interno Bruto
PBF	Programa Bolsa Família

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 METODOLOGIA DE ESTUDO	12
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
3.1 Visão Geral da Pobreza	13
3.2. Pobreza e Desigualdade de renda	13
3.3. Pobreza e políticas de distribuições de renda	14
3.4. Fundo estadual de Alagoas	15
3.5 Programa Bolsa Família	17
3.6 Semiárido alagoano	18
3.7 Determinantes de pobreza	19
3.7.1 Desigualdade de renda	19
3.7.2 Emprego	20
3.7.3 Educação	21
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	22
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

O semiárido alagoano é caracterizado por desafios socioeconômicos e climáticos que impactam diretamente o cotidiano dos indivíduos que habitam a região. Segundo Araújo e Lima (2009), no decorrer do século XX, a região do semiárido não conseguiu deixar de ser uma zona que possui diversos problemas sociais e econômicos e com baixa renda, mesmo recebendo investimentos, que por diversas vezes surgem em aspectos emergenciais e de pouca produtividade, especialmente em períodos de escassez de chuva.

Frente às dificuldades supracitadas, torna-se evidente a necessidade de ações que contemplem as especificidades locais. Nesse contexto emergem as políticas públicas, que se configuram como ações norteadas pelo Estado propondo-se a atender as demandas da sociedade. Dentre essas políticas, destacam-se as políticas públicas de distribuição de renda, que surgem como um instrumento estratégico para mitigação da pobreza e promoção da inclusão social.

As políticas de transferência de renda no Brasil, como o Programa Bolsa Família (PBF), surgiram como iniciativas centrais para reduzir a pobreza e a desigualdade. Segundo Soares et al. (2006), o PBF desempenhou um papel crucial na redistribuição de renda e no combate à pobreza extrema, beneficiando milhões de famílias em situações de vulnerabilidade.

A relevância deste estudo pauta-se na importância das políticas públicas de distribuição de renda como estratégia de combate à pobreza no semiárido alagoano. Uma vez que, a análise dessas políticas é indispensável para identificar suas restrições e propor melhorias que supram as especificidades regionais.

O objetivo geral deste trabalho é analisar as políticas públicas de distribuição de renda e como elas contribuem para o combate à pobreza no semiárido alagoano. Para a estruturação deste estudo, foi desenvolvida uma revisão bibliográfica acerca das políticas sociais de distribuição de renda e seu impacto no combate à pobreza e na promoção da inclusão social.

2 METODOLOGIA DE ESTUDO

Objetivando realizar a análise de como as políticas públicas de distribuição de renda contribuem para o combate à pobreza no semiárido alagoano, a pesquisa realizada no presente trabalho classifica-se como descritiva. Nesse contexto, define-se uma pesquisa descritiva como sendo aquela na qual é realizada uma descrição de características de uma determinada população ou fenômeno, através de técnicas para coleta de dados, como pesquisas referentes à população ou renda (Gil, 2008).

Destarte, realizou-se uma coleta de dados no IpeaDATA, que consiste em uma base de dados macroeconômicos, financeiros e regionais do Brasil mantida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Outrossim, também se utilizou como base de dados o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que se constitui no principal provedor de dados e informações do País.

A busca de dados compreendeu, de modo geral, o período entre 1980 a 2023. Dessa forma, foram levantados dados referentes à taxa de pobreza, PIB per capita domiciliar para medir o produto interno bruto por pessoa de cada domicílio, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) para medir o desenvolvimento humano do município através da longevidade, educação e renda e Índice de Gini para mensurar a distribuição de renda do estado. Sendo assim, a partir dos dados levantados, realizou-se a elaboração de tabelas para sintetizar e organizar as informações, bem como a análise de gráficos para discussão. Ao longo do trabalho, apresentam-se séries históricas e informações de modo que possa ser realizado o estudo da evolução dos indicadores.

A escolha pelo método descritivo deve-se à sua adequação para compreender e detalhar as características das políticas públicas e seus impactos no combate à pobreza no semiárido alagoano. Esse método permite identificar padrões, variações e tendências relacionadas à pobreza e à distribuição de renda ao longo do tempo, oferecendo uma visão aprofundada da realidade socioeconômica. Assim, os dados coletados sobre taxas de pobreza, PIB per capita domiciliar, IDHM e Índice de Gini são analisados de maneira integrada, possibilitando a interpretação crítica do fenômeno estudado.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Visão Geral da Pobreza

Segundo Furtado (1989), o contexto socioeconômico do início da década de 1970 evidencia o fato de que a redução da desigualdade social não segue o crescimento econômico, ressaltando que, esse fenômeno no Brasil tem origem no seu processo histórico de formação social e econômico caracterizado pelo subdesenvolvimento.

Desse modo, apesar da evolução dos meios produtivos e das organizações sociais, houve um processo de centralização das riquezas, um alto índice de desemprego e o aumento de problemas demográficos tornaram-se obstáculos à superação da vulnerabilidade por parte da camada mais à margem da sociedade. Neste âmbito, pode-se compreender a pobreza e a desigualdade como sendo problemas estruturais e fenômenos sociais que caracterizam uma economia subdesenvolvida (Gremaud et al., 2012).

Ao longo do tempo diversos conceitos de pobreza foram discutidos por diferentes autores, como Rocha (2013), que aponta a pobreza como sendo um fenômeno no qual tem-se a insuficiência do suprimento e acesso às necessidades básicas. Atkison (1989) aborda a pobreza como a situação em que o indivíduo se encontra em insuficiência de renda. Destarte, dividiu-se a pobreza em duas condições: a pobreza absoluta – primeiro caso em que o indivíduo não possui capacidade própria de prover sustento às suas necessidades básicas; já o segundo caso denomina-se pobreza relativa – situação em que tem-se a garantia do mínimo vital, todavia, ocorre a privação de determinados bens e serviço que possuem relevância à vida do indivíduo.

Segundo Townsend (1962), a pobreza deve ser tratada de forma diferente, devendo-se realizar a diferenciação entre absoluta e relativa. Em consonância, Sen (1990) passa a abordar a pobreza como um fenômeno multidimensional, pois a privação das necessidades básicas não fica restrita somente à renda.

3.2. Pobreza e Desigualdade de renda

Ao final do século XX e início do século XXI, observou-se no Brasil elevados índices de pobreza, que provocaram mudanças nos direcionamentos das políticas sociais, objetivando incentivar medidas de combate à vulnerabilidade vivenciada por uma grande parcela da população brasileira (Rocha, 2003).

Dessa forma, as políticas sociais elaboradas tendem a ser direcionadas à atender um perfil da população que possui um rendimento mensal per capita abaixo de uma linha de

pobreza definida de acordo com a realidade socioeconômica de cada determinado território.

Os fatores que definem a pobreza também tratam-se de indicadores de desigualdade econômica e exclusão social que devem ser levados em consideração, possibilitando que seja realizada a análise segundo suas especificidades através de variáveis heterogêneas que auxiliam para que sejam criadas políticas públicas eficazes de acordo (Santos, 2007).

Outrossim, apesar das diversas definições e análises distintas, a pobreza é diretamente influenciada por fatores regionais, tornando-a um fenômeno de grande complexidade, o qual exige à sua análise um estudo espacial detalhado (Azevedo; Burlandy, 2010).

3.3. Pobreza e políticas de distribuições de renda

A pobreza é um dos problemas mais graves e persistentes enfrentados pelo Brasil e, ao longo dos anos, passou a ser vista como um fenômeno multidimensional. Os conceitos de pobreza absoluta e pobreza relativa são centrais para essa compreensão. De acordo com Crespo e Gurovitz (2002), a pobreza relativa se refere à condição de um indivíduo que, ao ser comparado a outros, possui menos de algum recurso ou condição desejável, como renda, condições favoráveis de emprego ou poder. Já a pobreza absoluta é caracterizada pela definição de um nível mínimo necessário para satisfazer as necessidades básicas de um indivíduo; quem está abaixo desse limite é considerado pobre.

Crespo e Gurovitz (2002) destacam que, o entendimento sobre a pobreza se transformou ao longo do tempo. Até a década de 1950, o foco estava na simples sobrevivência; já nos anos 1970, o conceito de pobreza passou a incluir o atendimento de necessidades básicas, como acesso a água potável, saneamento, saúde, educação e cultura. A partir da década de 1980, a pobreza passou a ser entendida como uma privação relativa, incorporando uma visão mais ampla e rigorosa, que enfatiza o contexto social do indivíduo.

A privação relativa é definida no interior do contexto social em que o indivíduo vive, compreendendo não uma renda definida, mas sim um estilo de vida comum a aquela sociedade, que abrange alimentação e saneamento adequado, educação e água potável, dentre outros bens e serviços que permitem o indivíduo desempenharem um papel social, político e econômico naquela sociedade, bens estes que o pobre não tem, ou tem acesso limitado, comprometendo desta forma seu papel dentro de uma coletividade. (Teixeira, 2020, p. 2671).

Em resposta a situação supracitada o governo cria as políticas de distribuição de renda, onde desempenham um papel muito importante no combate à pobreza no Brasil, envolvendo grandes programas com o intuito de amenizar a desigualdade social e atender as necessidades da população.

Entende-se por programas assistenciais de distribuição de renda as transferências de renda em que o beneficiário recebe um valor monetário sem ter contribuído diretamente para financiá-lo ou sem alguma forma de contrapartida. No Brasil, os maiores programas assistenciais de transferência de renda são o Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC-LOAS), o benefício da aposentadoria rural e o Bolsa Família (BF). (Souza, 2011).

De acordo com Souza (2011), o Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um programa de transferência de renda sem exigência de contrapartidas, destinado a pessoas com deficiência ou idosos com 65 anos ou mais, cuja renda familiar per capita seja inferior a um quarto do salário mínimo nacional. A aposentadoria rural, por sua vez, é um benefício de transferência de renda voltado para trabalhadores rurais idosos, estabelecido pela legislação de seguridade social brasileira. Antes da Constituição de 1988, essa legislação garantia o pagamento de meio salário mínimo para o trabalhador rural idoso que fosse o chefe de sua família.

Ademais, o Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003 pelo governo federal, foi resultado da unificação de quatro programas pré-existent: Auxílio Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação. Diferentemente dos programas anteriores, o Bolsa Família é uma transferência direta de renda com condicionalidades.

3.4. Fundo estadual de Alagoas

Em cumprimento ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em 2004 o Estado de Alagoas instituiu o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (FECOEP), por meio da Lei nº 6.558. Desse modo, o FECOEP visa:

[...] o acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados exclusivamente em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, saneamento básico, reforço de renda familiar e em outros programas de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida (Alagoas, 2004).

O Fundo foi criado com um período de existência pré-determinado desde o momento de sua concepção, que deveria ser até 31 de dezembro de 2010, todavia, a Lei nº 7.224 de 29 de dezembro de 2010 estendeu sua vigência, sendo retirada a delimitação temporal associada a uma data específica, devendo a partir de então o Fundo continuar sua atuação até o cumprimento do objetivo de subsistir a necessidade social (Petuba, 2024).

Nesse contexto, evidencia-se que o objetivo apresenta-se dotado de elevada subjetividade, uma vez que, enquanto as disposições constitucionais estabeleceram o limite de

seu objetivo como erradicar a pobreza, definiu-se o recorte socioeconômico que deve ser suprimido pela ascensão e econômica das pessoas que encontram-se posicionadas na margem da pobreza.

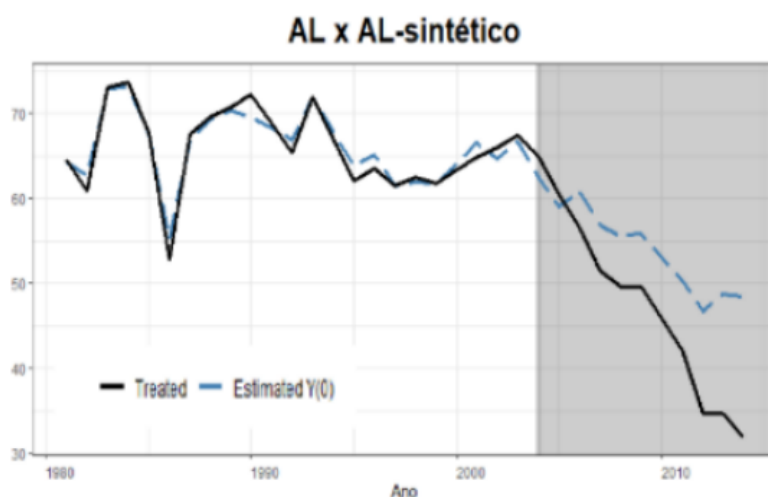
A regulamentação alagoana baseia-se na noção de pobreza relativa para atuação do FECOEP. Por conseguinte, esse modelo promove uma sociedade estruturada em desigualdades, proporcionando a necessidade de existência do Fundo. Sendo assim, para subsistir a necessidade de manutenção do programa, seria preciso Alagoas obter toda sua população acima da linha da pobreza (Petuba, 2004).

Sob uma perspectiva administrativa, a Lei nº 9.080, de 28 de novembro de 2023 promoveu alterações na Lei Delegada nº48, de 2022, a qual dispõe sobre o modelo de gestão da administração pública do poder executivo em Alagoas, estando o FECOEP vinculado ao Gabinete Civil.

Silva et al. (2021), demonstra em seu estudo que na primeira década posterior à instituição dos Fundos de Combate à Pobreza houve uma redução significativa em progressão da pobreza no Brasil e, consequentemente, o mesmo comportamento foi observado no estado de Alagoas.

A Figura 01 apresenta um gráfico que realiza um comparativo entre o cenário constatado e o cenário estimado em Alagoas com relação à redução de pobreza.

Figura 01 - Gráfico comparativo entre cenário constatado e estimado em Alagoas



Fonte: Petuba, 2024.

Por meio da análise gráfica, observa-se que ainda que as condições que já haviam promovido a redução da pobreza permanecessem presentes, o decaimento não atingiria o nível mais expressivo observado sem a destinação direta de recursos públicos para um fundo específico voltado ao combate à pobreza absoluta. Esse fundo atua de maneira direcionada,

ampliando o impacto das políticas públicas e permitindo uma resposta mais eficaz e abrangente na melhoria das condições de vida das populações mais vulneráveis.

Neste âmbito, o FECOEP tem sido aplicado em Alagoas como fonte de recursos que proporciona o financiamento de programas de enfrentamento e combate à fome, tanto de natureza governamentais quanto de distribuição de renda ou o financiamento de projetos desenvolvidos por organizações da sociedade civil organizada.

3.5 Programa Bolsa Família

O programa foi instituído durante o governo Lula com o objetivo de unificar diversos benefícios sociais que já existiam anteriormente. Seu propósito central é apoiar famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, proporcionando-lhes condições de vida mais dignas e contribuindo para a redução da desigualdade social no país.

Na perspectiva microeconômica, o comércio local apresenta taxas crescentes, gerando mais emprego, convergindo para o desenvolvimento socioeconômico, como aumento na expectativa de vida, taxas de escolarização, bem como a renda.

“O primeiro objetivo dos programas condicionais de transferências de renda é reduzir a incidência da pobreza como insuficiência de renda. As transferências atuam como um mitigador desta insuficiência para as famílias pobres. Dado o alto grau de focalização do PBF entre os mais pobres, este objetivo parece que está razoavelmente alcançado. De fato, embora difiram em suas magnitudes, muitos estudos mostram os impactos positivos que o programa tem sobre as reduções de pobreza e desigualdade”. (SOUZA, 2011, p. 12)

Desde a criação do Programa Bolsa Família, houveram avanços significativos para as famílias pobres brasileiras, com o apoio complementar de outros programas de transferência de renda. O Programa Bolsa Família atualmente consiste em uma das políticas sociais mais relevantes no Brasil, com impactos expressivos na redução da pobreza e da desigualdade de renda, no aumento da frequência escolar e na prevenção do trabalho infantil entre as crianças beneficiadas (Soares e Sátyro, 2009, p.31).

O Programa Bolsa Família é especialmente importante no Nordeste, principalmente para as populações rurais de Alagoas. Em 2016, o programa beneficiou 377.698 famílias no estado, com gastos anuais de aproximadamente R\$71 milhões, equivalente a 0,14% de todo produto interno bruto do estado, contribuindo significativamente para a melhoria das condições de vida de pessoas de baixa renda. Dados do IBGE de 2016 indicam que Alagoas era o sexto estado mais beneficiado pelo programa, atrás apenas do Maranhão, Piauí, Acre,

Paraíba e Pará, com um custo médio por beneficiário de menos de R\$30 por mês, equivalente a aproximadamente 3,4% do salário mínimo do mesmo ano.

Não obstante, o programa continuou a se expandir ao longo dos anos: em 2018, o valor anual destinado ao Programa Bolsa Família em Alagoas aumentou em mais de R\$7 milhões em comparação a 2016, representando um aumento de quase 10%. Nesse mesmo ano, houve o desligamento de mais de 600 famílias, abrindo espaço para que outras necessitadas fossem incluídas. O número total de famílias beneficiadas em Alagoas subiu para 400 mil em 2018.

Apesar de contar com uma ampla rede de políticas públicas, o Brasil ainda enfrenta desafios orçamentários significativos que limitam sua capacidade de erradicar a pobreza. Contudo, os avanços sociais desde a criação do Bolsa Família são notórios. Como destaca Campello (2013, p.152), “os índices de pobreza e extrema pobreza caíram rapidamente, e o perfil desses grupos mudou bastante, quase sempre para melhor.

3.6 Semiárido alagoano

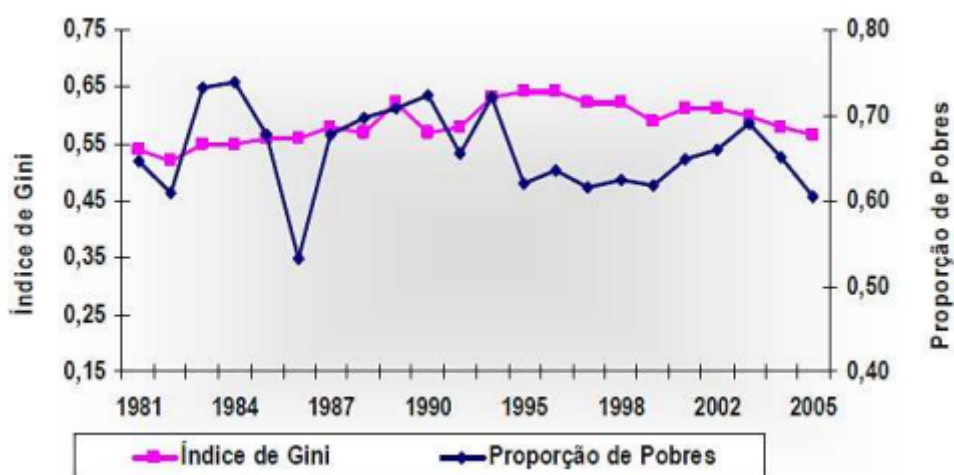
Entende-se o espaço geográfico do Semiárido Brasileiro como uma região que engloba 8 Estados da região Nordeste, sendo estes: Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe e a região setentrional de Minas Gerais. Por conseguinte, o semiárido brasileiro possui uma extensão territorial de 980.133,079 km, ocupando 56,46% da Região Nordeste e o estado de Alagoas apresenta 45,28% de seu território inserido no semiárido (Medeiros et al., 2012).

Nesta conjuntura, o semiárido alagoano encontra-se localizado a oeste do Estado de Alagoas e divide-se geopoliticamente em 38 municípios incluídos no polígono das secas, sendo composto pelas mesorregiões: Sertão, Sertão do São Francisco e Agreste. Ao norte e oeste vai de encontro a Pernambuco e ao sul com Sergipe e Bahia, apresentando uma extensão territorial de 12.579,3 km² (INSA, 2014; IBGE, 2015; ASA, 2017). A Figura 02 apresenta a localização do semiárido alagoano.

2016).

Tejada et al. (2007) em seu estudo utiliza Índice de Gini, tomando como base a renda domiciliar per capita das famílias, para aferir o grau de desigualdade de renda no estado de Alagoas entre os anos de 1981 a 2005, como ilustra a Figura 03.

Figura 03 - Índice de Gini em comparação a proporção de pobres para Alagoas



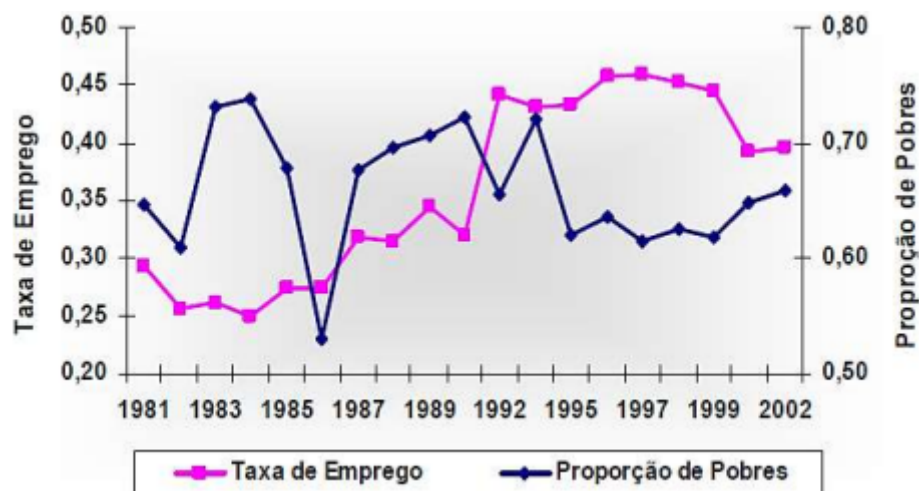
Fonte: Tejada et al., 2007.

Por meio da análise do gráfico, observa-se que no período compreendido entre 1981 a 1996 a desigualdade de renda tenderia a uma elevação, independente do comportamento do Índice de Gini diminuir a partir de 1996. Nota-se ainda que, a proporção dos pobres se encontraria 6,29% mais elevada no mesmo período e, nos anos posteriores a pobreza passa a apresentar uma redução significativa, demonstrando que, somente a partir de 2003 a redução da desigualdade passa a contribuir efetivamente para redução da pobreza (Tejada et al, 2007).

3.7.2 Emprego

Tejada et al (2007) aborda que, quanto melhor a eficiência de recursos atribuídos às atividades econômicas, melhor é a remuneração recebida e, por conseguinte, resultará na redução do índice de pobreza, como ilustra a Figura 04.

Figura 04 - Taxa de emprego em comparação a proporção de pobres para Alagoas, do período de 1981 a 2002



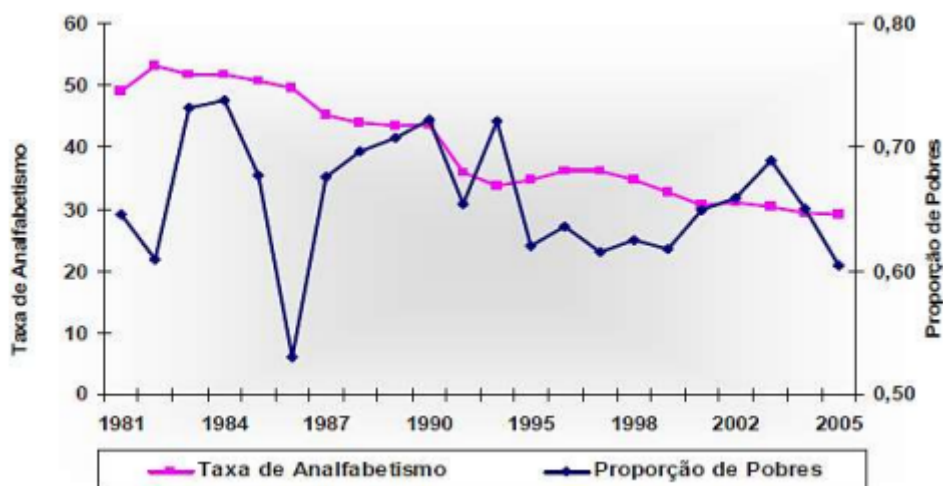
Fonte: Tejada et al., 2007.

O gráfico torna explícito a relação de que quanto maior a elevação da taxa de emprego maior será a redução no índice de pobres (Tejada et al., 2007).

3.7.3 Educação

Tejada et al. (2007) aponta que há uma relação entre riqueza e acumulação de capital humano, sendo este a saúde e educação. Desse modo, quanto maior o acúmulo de capital humano, maior será a produtividade da economia. A Figura 05 demonstra a evolução da taxa de analfabetismo total da população de 15 anos ou mais em comparação a proporção de pobres no Estado de Alagoas, de 1981 a 2005.

Figura 05 - Taxa de analfabetismo total população de 15 anos ou mais x proporção de pobres no Estado de Alagoas



Fonte: Tejada et al., 2007.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme os dados do IPEADATA, é possível observar na Tabela 1 abaixo o comportamento da taxa de pobreza no estado de Alagoas entre os anos de 2015 a 2022. Desse modo, apresenta a proporção de população abaixo da linha de pobreza nacional.

Tabela 1 - Taxa de pobreza no estado de Alagoas

Estado	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Alagoas	59,70	58,40	59,30	59,70	58,20	53,70	60,30	54,20

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IPEADATA (2024).

A Figura 06 ilustra o percentual de pessoas pobres em Alagoas no ano de 1991, enquanto a Figura 07 apresenta o percentual no ano de 2000.

Figura 06 - Percentual de pessoas pobres em Alagoas - 1991



Fonte: IPEADATA, 2011.

Figura 07 - Percentual de pessoas pobres em Alagoas - 2000



Fonte: IPEADATA, 2011.

Analisando-se as Figura 06 e 07, nota-se que no ano de 1991 o percentual referente a população pobre no estado de Alagoas apresentou um valor superior a 84%, demonstrando uma queda no ano de 2000 para 80%. Destaca-se que, os municípios que apresentaram o maior índice de pessoas pobres encontram-se localizados no semiárido alagoano, evidenciando como esta é uma região que necessita de políticas públicas de combate a pobreza. Não obstante, é possível observar que os municípios com menor índice de pobreza ainda assim apresentam um valor de 60% no ano de 2000, demonstrando que, o estado de Alagoas como um todo, possui uma alta taxa de pessoas pobres.

De acordo com dados apresentados por Tejada et al. (2007), em 1981 a proporção de pobres em Alagoas, tomando como base os indivíduos que obtinham até meio salário mínimo, alcançava aproximadamente 1 milhão de pessoas, equivalente a 65% da população do estado, enquanto em 2005, mesmo com o aumento da população, teve-se uma diminuição de 5% do total de pessoas pobres. Todavia, o estado de Alagoas ainda assim tornou-se o Estado com o maior índice de pobreza no Nordeste.

De acordo com os dados do PNUD (2018), no ano de 2010 os três municípios com os piores índices de pobreza foram: Poço das Trincheiras, Olho D'água Grande e Inhapi. A Figura 08 apresenta um ranking com as 10 maiores e menores taxas de pobreza dos municípios alagoanos entre os anos de 2000 e 2010.

Figura 08 - Ranking dos municípios alagoanos com as dez maiores e menores taxa de pobreza entre 2000-2010

Ranking dos municípios alagoanos com as dez maiores e menores taxa de pobreza entre 2000-2010						
Nome	Pobreza (2000)	Ranking da Taxa de Pobreza (2000)	Pobreza (2010)	Ranking da Taxa de Pobreza (2010)	Taxa de variação (%)	Ranking da Taxa de Variação
Poço das Trincheiras	85,35	1	67,57	1	-20,83	94
Olho D'água Grande	79,22	13	66,88	2	-15,58	100
Inhapi	80,34	9	65,08	3	-18,99	96
Traipu	85,13	2	63,39	4	-25,54	84
Palestina	74,25	30	61,71	5	-16,89	97
Belo Monte	77,23	21	60,98	6	-21,04	93
Canapi	83,63	4	60,69	7	-27,43	80
Porto Real do Colégio	71,61	47	60,38	8	-15,68	98
Senador Rui Palmeira	81,11	8	59,76	9	-26,32	83
Girau do Ponciano	78,49	14	59,05	10	-24,77	87
Paripueira	64,49	83	32,54	93	-49,54	3
Marechal Deodoro	57,89	91	32,01	94	-44,71	13
Coqueiro Seco	60,04	89	31,06	95	-48,27	5
Palmeira dos Índios	53,74	96	30,72	96	-42,84	17
São Miguel dos Campos	53,83	95	28,11	97	-47,78	7
Arapiraca	48,59	99	26,65	98	-45,15	12
Satuba	46,3	101	26,51	99	-42,74	19
Rio Largo	47,41	100	24,26	100	-48,83	4
Barra de São Miguel	50,72	98	23,89	101	-52,90	1
Maceió	31,92	102	15,57	102	-51,22	2

Fonte: Teixeira, 2020.

Observa-se no ranking que, exceto por Palmeira dos Índios, das 10 cidades com os piores índices, 5 estão inseridas no espaço semiárido alagoano. Desse modo, liderando o ranking com maior taxa de pobreza tem-se: Poço das Trincheiras com 67,57%, Olho D'água Grande com 66,88% e Inhapi com 65,08%.

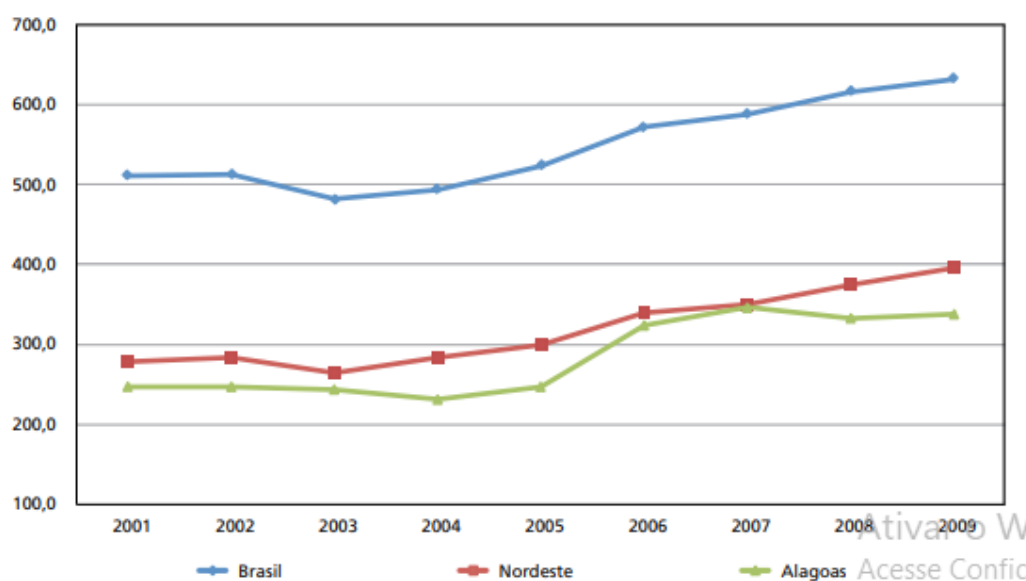
Houve uma variação decrescente em todos os municípios, pois Poço das Trincheiras em 2000 era de 85,35% passando para 67,57% em 2010 com uma variação de -20,83%, Olho D'água Grande era de 79,22% em 2000 passando para 66,88% em 2010 com uma variação de -15,58%, Inhapi era de 80,34% em 2000 passando para 65,08% em 2010 com uma variação de -18,99%, Traipu era de 85,13% em 2000 passando para 63,39% em 2010 com uma variação de -25,54%, Palestina era de 74,25% em 2000 passando para 61,71% em 2010 com uma variação de -16,89%, Belo Monte era de 77,23% em 2000 passando para 60,98% em 2010 com uma variação de -21,04%, Canapi era de 83,63% em 2000 passando para 60,69% em 2010 com uma variação de -27,43%, Porto Real do Colégio era de 71,61% em 2000 passando para 60,38% em 2010 com uma variação de -15,68%, Senador Rui Palmeira era de 81,11% em 2000 passando para 59,76% em 2010 com uma variação de -26,32%, Girau do Ponciano era de 78,49% em 2000 passando para 59,05% em 2010 com uma variação de -24,77%, Paripueira era de 64,49% em 2000 passando para 32,54% em 2010 com uma variação de -49,54%, Marechal Deodoro era de 57,89% em 2000 passando para 32,01% em 2010 com uma variação de -44,71%, Coqueiro Seco era de 60,04% passando para 31,06% em 2010 com uma variação de -48,27%, Palmeira Dos Índios era de 53,74% 2000 passando para

30,74% em 2010 com uma variação de -42,84%, São Miguel dos Campos era de 53,83% em 2000 passando para 28,11% em 2010 com uma variação de -47,78%, Arapiraca era de 48,59% em 2000 passando para 26,65% em 2010 com uma variação de -45,15%, Satuba era de 46,3% em 2000 passando para 26,51 em 2010 com uma variação de -42,74%, Rio Largo era de 47,41% em 2000 passando para 24,26 em 2010 com uma variação de -48,83%, Barra de São Miguel era de 50,72% em 2000 passando para 23,89% em 2010 com uma variação de -52,90% e Maceió era de 31,92% em 2000 passando para 15,57% em 2010 com uma variação de -51,22%, Isto evidencia a importância do Bolsa Família nestes municípios.

Nesse âmbito, para avaliar o poder aquisitivo da população, pode-se utilizar o indicador de renda domiciliar *per capita*, uma vez que, abarca todas as fontes de renda que uma família pode possuir, dividido pela quantidade de componentes da família. Por conseguinte, esse indicador expressa a parcela da renda a qual é efetivamente apropriada por cada membro que compõe a família.

Entre o ano de 2001 e 2009, o Brasil apresentou um crescimento da renda domiciliar *per capita* de 23,5%, passando de R\$511,9 para R\$631,7, esses valores em dólar correspondem a 215,05 e 265,38 respectivamente. Seguindo esse aumento, o estado de Alagoas apresentou um acréscimo de 36,6%, passando de R\$247,7 para R\$338,3 no período de 2001 a 2009 respectivamente. Todavia, apesar desse aumento, observa-se a discrepância com relação a média do país e a outros estados do nordeste quando comparados os dados. A Figura 09 apresenta a evolução da renda domiciliar per capita entre os anos de 2001 e 2009 comparando o Brasil, Nordeste e o estado de Alagoas.

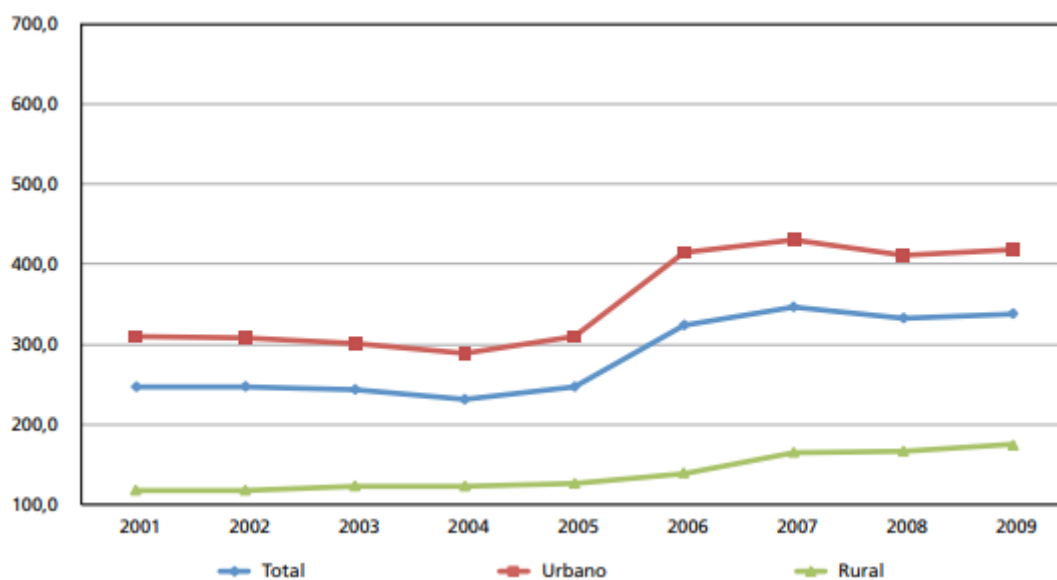
Figura 09 - Gráfico com a renda domiciliar per capita média do Brasil, Nordeste e Alagoas – 2009 a 2010



Fonte: IPEA, 2012.

Como supracitado em itens da Fundamentação Teórica, a maior parte dos municípios que fazem parte do semiárido alagoano apresenta uma configuração rural. Dessa forma, a Figura 10 apresenta um gráfico demonstrando a evolução da renda per capita no estado de Alagoas diferenciando as zonas urbanas e rurais.

Figura 10 - Gráfico com a renda domiciliar per capita média de Alagoas – 2009 a 2010



Fonte: IPEA, 2012.

Neste contexto, do ponto de vista rural, os indicadores do estado de Alagoas demonstram que o cenário rural apresenta dificuldade para acompanhar o restante do estado, inclusive nesse cenário grande parte dos municípios do semiárido alagoano. Dessa forma, infere-se que há uma insuficiência das políticas de transferências governamentais que podem contribuir para mitigar o mistério no campo e as desconformidades entre as condições de vida das populações pobres nas zonas rurais e urbanas.

A Tabela 02 apresenta as cidades do semiárido alagoano com os menores Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), obtido em 2010, e o PIB *per capita*, obtido em 2021, dos municípios de alagoas que fazem parte do semiárido alagoano, comparando com o valor da capital do estado, Maceió.

Tabela 2 - IDHM e PIB per capita de cidades do Semiárido Alagoano

Município	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	PIB <i>per capita</i> (R\$)
Belo Monte	0,517	22537,83
Canapi	0,506	9397,43

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do IBGE (2023).

Município	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	PIB <i>per capita</i> (R\$)
Inhapi	0,484	9497,81
Mata Grande	0,504	14071,19
Olho D'água do casado	0,525	9775,21
Olho D'água grande	0,503	13556,59
Oliveira	0,493	9317,95
Poço das trincheiras	0,526	8693,95
São José da Tapera	0,527	10251,63
Senador Rui Palmeira	0,518	8721,59
Traipu	0,532	10630,43
Capital - Maceió	0,721	26642,2

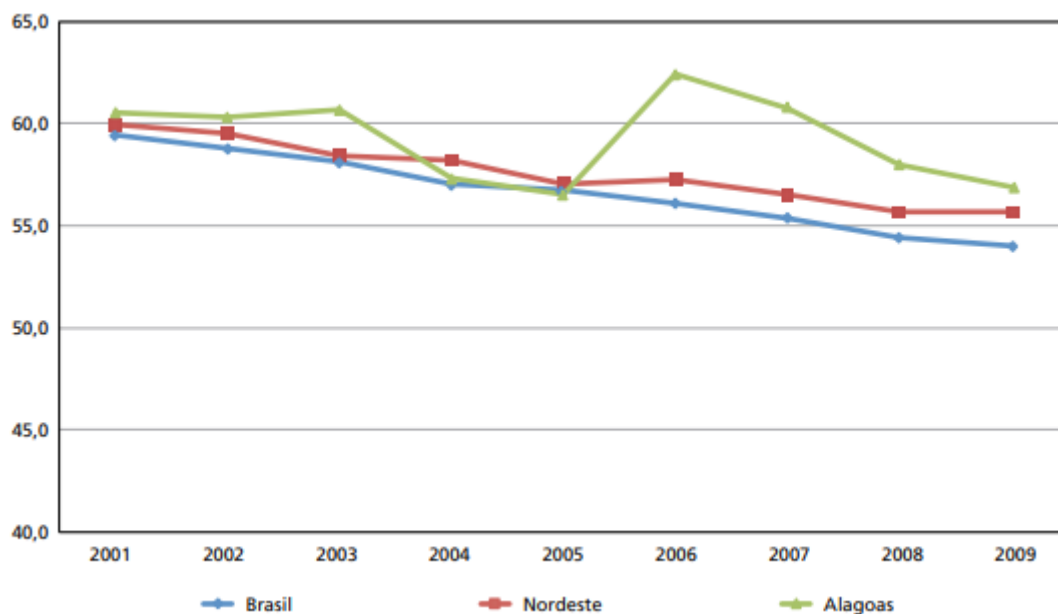
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do IBGE (2023).

Por meio da análise da Tabela acima, nota-se a grande discrepância no IDHM entre os municípios do semiárido alagoano e a capital do estado, com a cidade de Inhapi apresentando o menor índice de 0,484 enquanto Maceió possui um índice de 0,721. Desse modo, a discrepância entre esses indicadores alerta para o fato de que, apesar de historicamente estar sendo observado a redução nas taxas de pobreza e aumento no IDHM, realizando-se uma análise dentro do próprio estado, é perceptível que o estado de Alagoas encontra-se em patamares muito inferiores em comparação ao nível nacional, assim como os municípios do semiárido alagoano quando em comparação com as outras regiões do Estado.

Outrossim, para avaliar a desigualdade de renda, utiliza-se o Índice de Gini, o qual depende do coeficiente de Gini. O Coeficiente de Gini consiste em uma métrica de desigualdade criada pelo estatístico italiano Corrado Gini, apresentada em 1912 no trabalho *Variabilità e mutabilità*, sendo amplamente utilizado para medir a desigualdade na distribuição de renda, também pode ser aplicado a outras distribuições. Seu valor varia entre 0 e 1, onde 0 indica total igualdade (todos possuem a mesma renda) e 1 representa desigualdade absoluta (uma única pessoa detém toda a renda, enquanto as demais não possuem nada). Quando o coeficiente é expresso em pontos percentuais (multiplicado por 100), ele é denominado Índice de Gini.

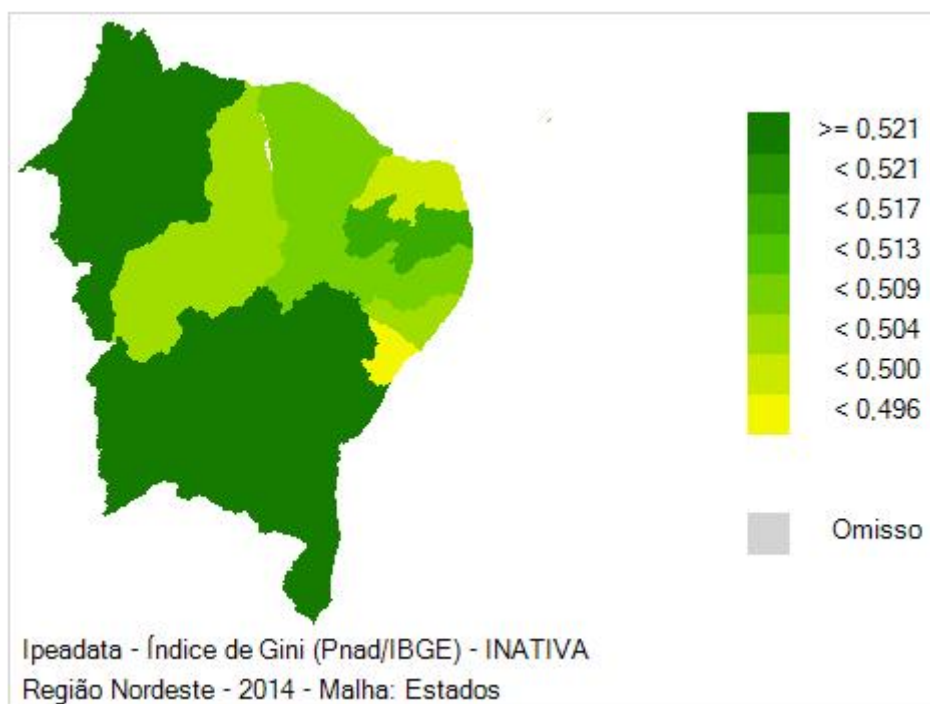
Desse modo, o Índice de Gini considera os rendimentos por todo o espectro da distribuição. A Figura 11 apresenta a série histórica deste indicador compreendendo o período de 2001 a 2009 no Brasil, Nordeste e Alagoas.

Figura 11 - Gráfico do Índice de Gini no Brasil, Nordeste e Alagoas – 2001 a 2009



Fonte: IPEA, 2012.

Por meio de análise da figura acima, nota-se que, apesar de uma melhora no Índice de Gini, o estado de Alagoas ainda encontra-se em níveis preocupantes quando comparado à média nacional e do Nordeste, mesmo que no período entre 2004 e 2005 tenha apresentado um valor abaixo. A Figura 12 apresenta o Índice de Gini dos estados do Nordeste em 2014.

Figura 12 - Índice de Gini dos estados da região Nordeste – 2014

Fonte: IPEADATA, 2016.

O estado de Alagoas em 2014 apresentou um Índice de Gini de 0,501, como pode-se observar na Figura acima. A Tabela 03 contém os valores para o Índice de Gini dos estados da região Nordeste entre os anos de 2009 a 2014.

Tabela 3 - Índice de Gini dos Estados do Nordeste entre 2009 e 2014

Sigla	Estado	2009	2011	2012	2013	2014
AL	Alagoas	0,572	0,526	0,499	0,525	0,501
BA	Bahia	0,556	0,554	0,548	0,558	0,527
CE	Ceará	0,545	0,539	0,527	0,514	0,506
MA	Maranhão	0,538	0,542	0,609	0,560	0,529
PB	Paraíba	0,591	0,538	0,528	0,525	0,513
PE	Pernambuco	0,553	0,527	0,507	0,502	0,507
PI	Piauí	0,555	0,508	0,545	0,515	0,501
RN	Rio Grande do Norte	0,559	0,562	0,531	0,541	0,496
SE	Sergipe	0,576	0,560	0,542	0,560	0,485

Fonte: IPEADATA, 2016.

Analisando-se a Tabela acima é possível observar que o estado de Alagoas demonstrou uma significativa redução no coeficiente de Gini entre 2009 e 2014. Nesse âmbito, em 2009, Alagoas apresentava um índice de 0,572, enquanto em 2014 o índice caiu para 0,501, indicando uma redução expressiva na desigualdade de renda no período.

Destarte, quando comparado com outros estados da região Nordeste, Alagoas apresentou uma das maiores reduções no coeficiente de Gini nesse intervalo de tempo. Nota-se que:

Sergipe (SE), que tinha o maior índice em 2009 (0,576), também reduziu seu índice de forma consistente, atingindo 0,485 em 2014, tornando-se o estado com a menor desigualdade em 2014. Enquanto o Maranhão (MA), ao contrário, apresentou um aumento no índice de desigualdade entre 2009 (0,538) e 2012 (0,609), mas voltou a reduzir nos anos seguintes, alcançando 0,529 em 2014. Já estados como Pernambuco (PE) e Rio Grande do Norte (RN) demonstraram variações menores, mas também apontaram quedas moderadas no índice de desigualdade ao longo do período.

Dessa forma, no contexto regional, Alagoas demonstra uma consistente redução, posicionando-se entre os estados que mais avançaram na redução da desigualdade no Nordeste durante o período analisado, todavia, os indicadores do estado encontram-se muito abaixo do nível nacional e demonstram-se insuficientes.

Soares et al. (2006), em seu estudo analisam o impacto dos programas de transferência de renda sobre a pobreza, bem como sua contribuição à redução da desigualdade de renda no Brasil entre os anos 1995 a 2004. Sendo assim, obtém como resultados que o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Bolsa Família são bem focalizados, demonstrando que esses programas, aliados, proporcionaram uma queda de 28% do Índice de Gini, sendo a maior parte referente ao Bolsa Família, em torno de 21%.

De acordo com os dados apresentados, observa-se a diminuição nos índices de pobreza e na desigualdade de renda no estado de Alagoas. Neste cenário, os programas federais de transferência de renda têm auxiliado potencialmente para essas melhorias. No ano de 2005, o estado aumentou em 11,14% os gastos com o Programa Bolsa Família, beneficiando até aproximadamente 239,44 mil famílias. Realizando-se um paralelo com os indicadores e índices apresentados, nota-se que a medida que houve um aumento nas políticas públicas para combate a pobreza ocorreu uma melhora nos índices de pobreza, evidenciando como essas políticas são importantes à população alagoana, principalmente nas regiões rurais e semiárido alagoano. Figura 13 apresenta os beneficiários do Programa Bolsa Família em dezembro de 2016.

Figura 13 - Número de benefícios do Programa Bolsa Família em dezembro – 2016



Fonte: IPEADATA, 2024.

A Figura acima demonstra a distribuição do número de benefícios do Programa Bolsa Família (PBF) nos municípios de Alagoas em dezembro de 2016, na qual os tons mais escuros indicam um maior número de benefícios, enquanto os tons mais claros indicam um menor número. Observando o mapa, nota-se que há uma concentração maior de benefícios em algumas áreas específicas do estado, possivelmente associadas a regiões com maior densidade populacional ou níveis mais elevados de pobreza. Nesta conjuntura, tem-se os municípios do semiárido alagoano localizados a oeste no mapa, sendo estes, municípios que possuem dependência de programas e políticas públicas de combate à pobreza.

De forma geral, diversos estudos indicam como é fundamental a criação de políticas públicas e programas de transferência de renda à redução da pobreza. Sendo assim, se os programas possuem certo grau de focalização nos mais pobres e baseiam-se em simples transferência de renda, não deve ser desconsiderado seu impacto na redução da pobreza. Não obstante, por meio dos dados apresentando ao longo da discussão, nota-se como essas políticas são indubitavelmente fundamentais para promover o desenvolvimento e redução da pobreza nos municípios do semiárido alagoano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise e discussões realizadas ao longo deste trabalho, observa-se que as políticas públicas de distribuição de renda desempenham um papel crucial no combate à pobreza no semiárido alagoano. Programas como o Bolsa Família e o Fundo de Combate à Pobreza (FECOEP), contribuem no avanço para a redução das desigualdades, evidenciando a importância de iniciativas de cunho socioeconômico.

No entanto, é evidente a persistência de desafios relacionados à continuidade e ao aprimoramento das políticas públicas. Mesmo com melhorias significativas nos índices de pobreza e desigualdade, como demonstrado pelas reduções no Índice de Gini e pelo crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), a região do semiárido alagoano ainda apresenta indicadores preocupantes.

Portanto, torna-se indispensável a criação de políticas públicas e programas de transferência de renda à redução da pobreza. Uma vez que, são ações que atuam diretamente na melhoria da qualidade de vida da população, promovendo o desenvolvimento dos municípios e a redução da pobreza da região.

Destarte, por meio do desenvolvimento do estudo evidenciou-se a importância da implementação das políticas públicas de distribuição de renda, bem como a necessidade do constante aprimoramento das mesmas, a fim de buscar atender de forma mais eficiente e equitativa à população.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, L. A. DE; LIMA, J. P. R., **Transferências de renda e empregos públicos na economia sem produção do semiárido nordestino**. Planejamento e políticas públicas, ppp, n. 33, 2009.
- ASA Alagoas. **Um grave problema avança no Semiárido alagoano**. 2017.
- ATKINSON, A.B. Poverty In: EATWELL, J.; MILGATE, M.; NEWMAN, P. **Social Economics**. New York: London, 1989.
- AZEVEDO, D. C.; BURLANDY, L. **Políticas de combate à pobreza no Brasil: concepções e estratégias**. Katal, Florianópolis, v.13, n.2, p.201-209, jul./dez. 2010.
- CARNEIRO, D. M.; BAGOLIN, I. P.; TAI, S. H. T. **Determinantes de pobreza nas Regiões Metropolitanas do Brasil no período de 1995 a 2009**. Revista Nova Economia, v. 26, n. 1, 2016.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: 23ª. Ed. São Paulo: Nacional, 1989. GREMAUD, A. P.; VASCONCELOS, M. A. S.; TONETE JÚNIOR, R. Economia brasileira contemporânea, 7 ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados de abastecimento urbano estados do Nordeste**. 2015.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama – Alagoas**. 2023. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/panorama>>. Acesso em: 15 nov. 2024.
- INSA. Instituto Nacional do Semiárido. **População do Semiárido Estimada para 2014**. 2014.
- IPEADATA. Ipeadata social: dados e indicadores sobre distribuição de renda, pobreza, educação, saúde, previdência social e segurança pública. **Nível demográfico – Municípios**. 2011.
- IPEADATA. **Índice de Gini (Pnad/IBGE) – INATIVA**. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 16 nov. 2024.
- IPEADATA. **Programa Bolsa Família (PBF) - número de benefícios em dezembro**. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 16 nov. 2024.
- MEDEIROS, S. S. et al. **Sinopse do censo demográfico para o semiárido brasileiro**. Instituto Nacional de Seminário (INSA), 2012.
- PETUBA, C. A. C. **O papel do FECOEP no combate à pobreza em Alagoas**. Revista Escola de Governo de Alagoas. 2ª ed., v. 1, 2024.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA DESENVOLVIMENTO. (PNUD). **Atlas de**

desenvolvimento humano no Brasil. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2003.

SEN, A. **The Standard of living.** Cambridge University Press, Cambridge, 1990.

SILVA, V. H. M. C.; MARIANO, F. Z.; FRANÇA, J. M. S.; FIRMIANO, M. R. **Avaliação dos Fundos Estaduais de Combate à Pobreza no Nordeste a partir do método de controle sintético.** Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2021.

SOARES, F.; SOARES, S.; MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R. **Programas de transferência de renda no Brasil: Impactos sobre a desigualdade.** Texto para discussão, n.1228, Ipea, 2006.

ROCHA, S. **Transferência de renda focalizadas nos pobres – O BPC versus o Bolsa Família.** Sinais Sociais, v. 3, n. 8, p. 150-186, set./dez. 2008.

TEJADA, C. A. O. et al. **A pobreza em Alagoas: evolução e determinantes (1985-2005).** XLV Congresso da SOBER. 2007.